



Comissão especial do Senado vai acompanhar crise na Venezuela

Decisão foi anunciada em reunião com o presidente encarregado e líder da oposição do país vizinho, Juan Guaidó, na Presidência da Casa, com vários senadores e deputados

O Senado deverá criar uma comissão especial para acompanhar a crise na Venezuela. O anúncio foi feito ontem após reunião com o presidente encarregado e líder da oposição do país, Juan Guaidó, com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, e vários senadores e deputados. Segundo o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Nelsinho Trad, também será proposta uma reunião com parlamentares de vários países no Panamá, considerado neutro e sede do Parlamento Latino-Americano e Caribenho, para buscar uma solução para o impasse. **2**



Jonas Pereira/Agência Senado

Marcos Rogério (E), Nelsinho Trad, Juan Guaidó, Davi Alcolumbre, Márcio Bittar (em pé), Marcos do Val e Soraya Thronicke durante a reunião na Presidência do Senado



Pillar Pereira/Agência Senado

Senadores já ouviram cinco ministros dos 22 ministérios de Bolsonaro

Colegiados querem ouvir propostas de Moro e Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deve vir ao Senado participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, para falar do endividamento dos estados. Guedes também pode participar de sessão temática no Plenário sobre a reforma da Previdência.

Já o ministro da Justiça, Sergio Moro, foi convidado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos. O principal tema a ser debatido com os senadores será o projeto anticrime.

Outros sete ministros também foram convidados a falar sobre suas pastas. **3**

PEC determina que procuradoria municipal faça concurso público

Proposta de emenda à Constituição do senador Veneziano Vital do Rêgo obriga as procuradorias municipais a ter seus quadros organizados

em carreira e providos por concurso público. A exigência já é feita para as procuradorias estaduais, do Distrito Federal e da União. **3**



Marco Antônio/Secom Macaé

Quando as cidades não possuem procurador concursado, recorrem a advogados

Amamentação em local público pode ser garantida **4**

Grupo vai analisar medidas contra corrupção **3**

Texto que muda decreto sobre sigilo é arquivado

O Senado arquivou projeto de decreto legislativo que cancelava decreto sobre o sigilo de documentos. O motivo é que o governo editou outro decreto revogando parte do anterior. **2**

Projeto auxilia passageiro carente com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos pode analisar proposta que dá passe livre em transporte terrestre e aéreo a pessoa com deficiência comprovadamente carente. **4**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Senado terá comissão para acompanhar Venezuela

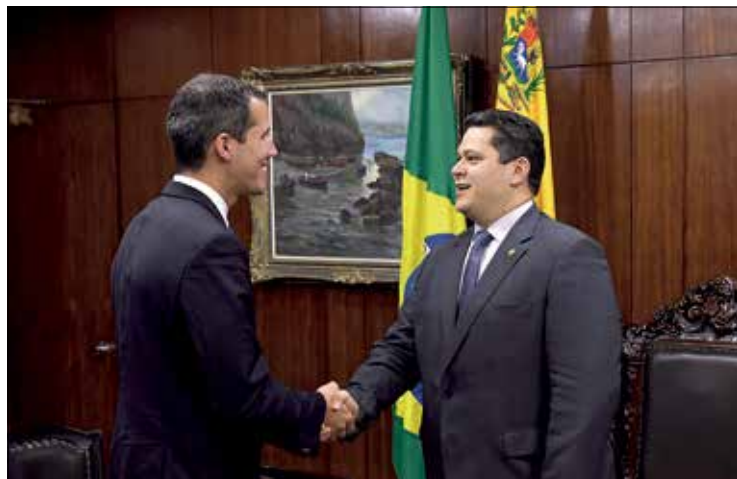
Anúncio foi feito após reunião do presidente encarregado e líder da oposição do país vizinho com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, e outros senadores. Crise também deve ser debatida no Panamá

O SENADO DEVERÁ criar uma comissão especial para acompanhar a crise na Venezuela. A informação é do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Nelsinho Trad (PSD-MS), após reunião do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, com o presidente encarregado da Venezuela, Juan Guaidó.

Presidente da Assembleia Nacional de seu país, Guaidó é o líder da oposição a Nicolás Maduro. Ontem ele também se reuniu com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e com outras autoridades para tratar da crise na Venezuela.

De acordo com Nelsinho, será proposta uma reunião com parlamentares de vários países no Panamá — considerado um país neutro e que é sede do Parlamento Latino-Americano e Caribenho (Parlatino) — na tentativa de encontrar uma saída para o impasse da Venezuela, onde Maduro mantém o poder sobre as forças armadas. Nelsinho disse que Guaidó gostou da ideia da reunião.

— Entendemos que esse é um caminho de ação



Juan Guaidó e Davi Alcolumbre, durante o encontro na Presidência da Casa

diplomática, em que haveremos de demonstrar o apoio à volta da democracia e às eleições livres na Venezuela — afirmou.

Ele também afirmou que a visita de Guaidó não pode ser interpretada como uma intervenção do Brasil no país vizinho. Para o senador, o Brasil precisa continuar estendendo as mãos, pois a situação na Venezuela “passou de todos os limites”.

Soraya Thronicke (PSL-MS), que também participou da reunião na Presidência do Senado, disse que Guaidó teme por sua situação na Venezuela, mas destacou o fato de já ter

o apoio de 60 países para ser confirmado na presidência da República. Segundo a senadora, ele reforçou que os venezuelanos precisam de alimentos, medicamentos e “praticamente tudo”.

Após o Brasil, Guaidó deve visitar ainda o Paraguai, antes de retornar para seu país.

Protesto

Durante a visita ao Senado, um homem gritou palavras de ordem e chamou Guaidó de “golpista”. O manifestante acabou sendo retirado do local pela Polícia Legislativa. Em apoio a Guaidó, um grupo de pessoas gritou “presidente”.

Arquivado projeto que mudava decreto do governo sobre sigilo

Foi arquivado pelo Senado o projeto que anulava o decreto presidencial que modificou a Lei de Acesso à Informação e estendeu a prerrogativa de impor sigilo sobre fatos relacionados à administração pública. Os senadores avaliaram que o PDL 3/2019 perdeu o objeto, já que, na terça-feira, o governo federal editou novo decreto para revogar parte do anterior, exatamente a que provocou a reação dos parlamentares.

Havia em Plenário um pedido de urgência para a votação do projeto de decreto legislativo, proposta que já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados. Mas com a publicação do novo decreto do governo (Decreto 9.716), os senadores optaram por seu arquivamento.

Derrota

Para a senadora Eliziane Gama (PPS-MA), o presidente da República, Jair Bolsonaro, fez o novo decreto para evitar mais uma derrota no Congresso.

— Elogio o reconhecimento do presidente da República de admitir que seu decreto seria derrubado. Mas não sei se ele assim o decidiu por perceber o erro do que propôs ou sim-

plesmente para evitar uma nova derrota no Senado — afirmou.

Em 23 de janeiro, durante o período em que Bolsonaro esteve internado em São Paulo, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, assinou o decreto que ampliava o número de pessoas do governo que poderiam decretar o sigilo, por até 25 anos, de informações públicas. De um universo composto pelo próprio presidente e pelo vice, por ministros, chefes de missões diplomáticas e oficiais-generais, estendia-se essa prerrogativa para quase 2 mil servidores, incluindo não concursados.

Na Câmara e no Senado, foram apresentados projetos propondo a anulação do decreto por inconstitucionalidade. Segundo o senador Rogério Carvalho (PT-SE), autor do texto que tramitava no Senado, não havia como o decreto se sustentar.

— A possibilidade de judicializar a questão era grande. A questão é suprapartidária. Se o objetivo é combater a corrupção, os governos têm de mostrar suas contas e documentos. E não escondê-los— afirmou o senador.

Randolfe comemora texto aprovado com regras mais duras para barragens

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) comemorou em Plenário, na quarta-feira, a aprovação, na CCJ e na Comissão de Meio Ambiente (CMA), do projeto que amplia a segurança em barragens de rejeitos minerais. O PL 550/2019, de Leila Barros (PSB-DF), seguirá para a Câmara.

— Aquele que der causa a crime ambiental que resulte na morte de pessoas, como ocorreu em Mariana e em Brumadinho, será julgado e a pena a ser aplicada será por crime hediondo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Dinheiro de multas deve ir para região afetada, defende Rodrigo Pacheco

Rodrigo Pacheco (DEM-MG) elogiou na quarta-feira a atuação de Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) como relatores do projeto que torna mais rigorosa a fiscalização de barragens.

Pacheco destacou a destinação do dinheiro das multas à região afetada, em casos como o de Brumadinho (MG), e a continuidade do pagamento, pela empresa responsável pelo desastre, da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Alessandro Vieira elogia rapidez na aprovação de projeto sobre mineração

Alessandro Vieira (PPS-SE) destacou a aprovação do projeto relacionado às barragens. O senador elogiou a suspensão dos trabalhos da CCJ, após a votação, para que também a CMA votasse o texto.

— Foi um trabalho de relatoria extraordinário do senador Anastasia. Os três senadores que tinham projeto, a senadora Leila Barros, que acabou sendo a subscritora, mas também o senador Lasier [Martins, PSD-RS] e o senador Randolfe, que se reuniram e agruparam essas informações.



Jefferson Ruy/Agência Senado

É preciso aumentar a responsabilidade de empresas, diz Wellington

Wellington Fagundes (PR-MT) afirmou, em Plenário na quarta-feira, que o desastre em Brumadinho (MG) foi um “acidente avisado”. Ele aplaudiu a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça, de projeto que endurece a legislação relacionada a barragens de mineração.

Para ele, é preciso aumentar a responsabilidade das empresas em relação ao meio ambiente, mas ressaltou que o texto em tramitação poderia implicar um “engessamento total” também na construção de barragens hídricas.



Roque de Sá/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissões ouvirão Sergio Moro e Paulo Guedes

Colegiados já aprovaram requerimentos convidando ao todo nove ministros para participar de audiências, mas ainda aguardam agenda

UM MÊS APÓS a posse dos parlamentares, cinco ministros já apresentaram ao Senado as principais metas e programas de suas pastas. Outros nove ministros — entre eles, o da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e o da Economia, Paulo Guedes — devem ser ouvidos pelos parlamentares em audiências públicas depois do Carnaval, conforme requerimentos aprovados pelas comissões permanentes da Casa.

Os ministros da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, da Agricultura, Tereza Cristiana, e do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, participaram de audiências nesta semana.

Além de reconhecer que foi um erro do MEC pedir que estudantes fossem filmados cantando o Hino Nacional nas escolas, Vélez Rodríguez afirmou na Comissão de Educação (CE), na terça-feira, ser contra a privatização das universidades públicas.

No mesmo dia, Tarcísio Gomes de Freitas defendeu na Comissão de Infraestrutura (CI) a privatização de rodovias, ferrovias e aeroportos e prometeu uma revolução no transporte de cargas no país, dobrando a participação dos trens.



Moro, da Justiça e Segurança Pública, e Guedes, da Economia, são dois ministros esperados em comissões

Já na quarta-feira foi a vez de Gustavo Canuto apresentar à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) as prioridades para os próximos anos. O ministro do Desenvolvimento Regional (que, no governo de Bolsonaro, aglutinou os Ministérios das Cidades e da Integração Nacional) afirmou que a pasta estuda parcerias com bancos e espera contar com o dinheiro dos fundos públicos para investimentos nas regiões.

Quem também esteve no Senado esta semana foi a ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Ela defendeu, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a mudança na legislação para facilitar a produção mineral e agrícola em terras indígenas.

A primeira ministra a comparecer ao Senado foi Damares Alves, que atendeu um convite da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na quinta-

feira da semana passada para apresentar o novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ela explicou que a principal estratégia de sua gestão tem como foco o “fortalecimento da família”.

Economia

Um dos ministros esperados é Paulo Guedes, que foi convidado para uma audiência pública no dia 12 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater o endividamento dos estados.

Entre os dias 13 e 14 também será marcada uma sessão temática com Guedes, no Plenário da Casa, para debater com o ministro a reforma da Previdência e o pacto federativo.

Também é aguardada a vinda do ministro Sergio Moro, que deverá detalhar o pacote anticrime entregue ao Congresso. Foram aprovados convites em duas comissões: a CDH e a de Constituição e

Justiça (CCJ). Como é de praxe no Senado, existe a possibilidade de que os colegiados façam uma audiência pública conjunta. A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), e o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), aguardam resposta do ministério para definir a data da reunião.

As Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovaram convites para ouvir o ministro da Cidadania, Osmar Terra. Senadores também se articulam para garantir que a reunião seja conjunta, mas ainda não há data definida para o comparecimento do ministro.

Os desafios da política externa serão tratados em audiências promovidas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) nas próximas semanas, em datas a serem acertadas, com os ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e

da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva.

Também será agendada audiência pública na CAS para ouvir o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, sobre mudanças no atendimento à saúde mental previstas em nota técnica do Ministério da Saúde (Nota 11/2019). A nota prevê compra de aparelhos de eletrochoque para o SUS, não restringe a internação de crianças em hospitais psiquiátricos e favorece a abstinência como tratamento de dependentes de drogas.

Foi aprovado requerimento de audiência, ainda sem data definida, com o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, a ser promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) também aguarda uma data para agendar reunião com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. A CDR, por sua vez, convidou o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. Todos deverão apresentar prioridades de suas pastas.

Na lista das audiências públicas consta ainda o ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, convocado para esclarecer aos senadores da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) as denúncias feitas pela imprensa sobre o uso de candidaturas laranja para desvio de recursos eleitorais.



Major Olimpio, Weverton e Eduardo Girão pretendem dar resposta aos apelos das ruas nas eleições de 2018



Grupo vai debater projetos de combate à corrupção

Projetos de lei para o efetivo combate à corrupção serão o foco de um grupo de trabalho formado pelos senadores Major Olimpio (PSL-SP), Eduardo Girão (Pode-CE) e Weverton (PDT-MA), que começam a se reunir depois do Carnaval.

Segundo Major Olimpio, autor da ideia de criação do grupo, a principal finalidade é “atender ao apelo das ruas” durante as eleições de 2018. O senador explicou que será feito um levantamento global de projetos a serem debatidos

com as áreas técnicas do Senado e a sociedade civil. Assim que estiverem prontas para votação, serão entregues ao colegiado de líderes e à Presidência da Casa, que decidirão sobre o andamento.

— Nosso intuito é dar um retorno imediato à população sobre os assuntos que mais a afetam — disse o senador.

Ele tem defendido, por exemplo, a análise de todos os empréstimos feitos à Venezuela pelo BNDES nos governos do PT. O senador também apre-

sentou projeto que propõe a extinção do Fundo Eleitoral. Na justificativa do PL 555/2019, Major Olimpio informa que o Fundo Eleitoral destinou R\$ 1,7 bilhão a campanhas políticas apenas nas eleições de 2018, situação que, em sua avaliação, “afronta o princípio da moralidade pública”.

— Queremos manter o protagonismo do Senado no combate à corrupção, impulsionar pautas com essa temática e mostrar que estamos preocupados com o assunto.

Proposta exige concurso para as procuradorias municipais

O senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) apresentou proposta de emenda à Constituição para exigir que as procuradorias municipais tenham seus quadros organizados em carreira e providos por concurso público. A exigência já é feita para as procuradorias estaduais, do Distrito Federal e da União.

Os procuradores municipais são os profissionais que representam judicial e extrajudicialmente o município, além de prestarem assessoria jurídica ao prefeito, a secretários e outros administradores e a órgãos da prefeitura. Nem todas as cidades brasileiras possuem procuradores concursados. Nesses casos, costumam recorrer a serviços de escritórios de advocacia.

O autor lembra que a Constituição prevê tratamento isonômico para a administração pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos

municípios, com disposições semelhantes em relação aos servidores públicos. No entanto, argumenta, os artigos 131 e 132 da Carta mantêm tratamento diferenciado à advocacia pública dos municípios, sem justificativa plausível, e ainda possibilitam a atuação de profissionais sem vínculo efetivo com a municipalidade.

“Há, a nosso ver, tratamento desigual a situações que deveriam receber tratamento idêntico, sobretudo se consideramos a relevância de tais atribuições para a defesa da moralidade administrativa. A proposta apresentada busca corrigir tal distorção”, justifica.

A PEC 7/2019 está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda a designação de relator. Veneziano Vital do Rêgo é o primeiro signatário, mas a proposta recebeu o apoio de outros 27 senadores.



Reprodução/Assessibilidade no Prático

Projeto garante o cumprimento da legislação sobre cota para transporte de pessoa pobre com deficiência

Texto beneficia passageiro carente que tem deficiência

Proposta, que concede passe livre no transporte aéreo ou terrestre sob responsabilidade da União à essa parcela da população, pode ser analisada pelos membros da Comissão de Direitos Humanos

O PROJETO QUE estabelece a concessão de passe livre às pessoas com deficiência comprovadamente carentes no transporte de passageiros — terrestre ou aéreo — sob responsabilidade direta ou indireta da União será analisado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Como a União, indiretamente, é responsável pela aviação civil, o PLS 1.252/2019 garante o cumprimento da legislação que determina cota para transportes em geral para pessoas pobres com deficiência.

“Com essas alterações legais, não mais poderá ser recusado o acesso da pessoa com deficiência em ônibus leito ou semileito, por exemplo, nem será impedida a pessoa com deficiência carente de viajar em aeronave, quando tal significar sua melhor ou única opção. Lembremo-nos das

limitações encontradas na Região Norte”, diz Mara Gabrielli (PSDB-SP) na justificativa.

A proposta altera o artigo 1º da Lei 8.899, de 1994, que trata da concessão de passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. O projeto aguarda o recebimento de emendas na CDH até 12 de março, e será analisado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Mara explica que, como a lei determinava expressamente uma regulamentação, o Executivo, “com bastante demora”, editou o Decreto 3.961, de 2000, e, posteriormente, três portarias, no âmbito do Ministério dos Transportes, para acrescentar detalhes.

“No decreto de regulamentação dessa lei, previu-se que a pessoa com deficiência carente poderia se valer de seu direito nos modos rodoviário,

ferroviário e aquaviário, nada sendo dito acerca do transporte aéreo. Além disso, a definição do número de assentos livres em cada veículo e a restrição a que a gratuidade se aplique a serviço convencional não constam da Lei 8.899, de 1994, apenas, novamente, do Decreto 3.961, de 2000, que a regulamentou. Eis o porquê de apresentarmos à Casa esta iniciativa. Estamos buscando restabelecer a verdade, que é o acesso desobstruído da pessoa com deficiência carente ao sistema de transportes sob responsabilidade da União”, justifica Mara.

A senadora ressalta que qualquer tipo de veículo de transporte, não importando configuração ou modalidade em que é empregado, estará sujeito à lei. O avião deverá ser elegível pelas pessoas com deficiência, ao contrário do que determina a lei vigente.

Amamentação em locais públicos e privados é assunto de projeto

O projeto que criminaliza a violação do direito à amamentação já pode ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto (PLS 514/2015) assegura o direito das mães de amamentar em locais públicos ou privados, sem sofrer qualquer impedimento.

A proposta, da ex-senadora Vanessa Grazziotin, estabelece que, mesmo havendo espaço reservado para amamentação nos estabelecimentos, cabe às mães decidir se querem ou não utilizar o local. A pena para quem proibir poderá chegar a até 100 dias-multa.

O projeto recebeu voto favorável de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que acatou emenda de redação aprovada anteriormente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para incluir a palavra “respeito” na abordagem às lactantes.

Bolsa Família

A CCJ também analisa projeto que criminaliza o desvio de recursos da merenda escolar, da saúde e do Bolsa Família. Apresentado por Roberto Rocha (PSDB-MA), o texto (PLS 216/2015) estabelece como agravante do crime de peculato o desvio de recursos de programas de transferência de renda.

A apropriação irregular do orçamento da merenda escolar ou dos recursos de ações de educação alimentar em escolas públicas ou entidades filantrópicas ou comunitárias também fazem parte do projeto. A pena prevista é de 4 a 14 anos de prisão, mais multa.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), avaliou ser necessário incluir nesse rol o desvio de recursos às ações de saúde. No entanto, retirou do texto a inclusão desses desvios entre os crimes hediondos.

Se for aprovado na CCJ, o texto deve seguir direto para a Câmara dos Deputados.

Código Penal

Outro projeto que tramita na CCJ é o que altera o Código Penal para deixar de punir como crime a omissão de tratamento ou procedimento de saúde a um paciente que recuse, expressamente, a oferta desses cuidados para prolongar sua vida. Caso o paciente não consiga manifestar sua vontade, esse direito de recusa poderá ser exercido por seu representante legal.

Embora a eutanásia seja crime no Brasil, com penas que podem chegar a 20 anos de prisão, essa possibilidade de descriminalizar a falta de um suporte de vida está prevista no projeto de lei (PLS 7/2018) do ex-senador Pedro Chaves.

O relator, Lasier Martins (Pode-RS), recomendou a aprovação, mas propôs emenda para que não seja aceita a manifestação de recusa quando houver risco para a saúde pública, nos casos de tratamento ou procedimento essencial para o controle de doenças ou agravos coletivos à saúde, e quando a manifestação feita pelo representante impedir tratamento ou procedimento capaz de salvar a vida do paciente que esteja civilmente incapaz e sob risco de morte.

Heinze quer debate sobre regulamentação da Lei Kandir

Luis Carlos Heinze (PP-RS) defendeu na quarta-feira o debate entre o Senado e o governo sobre a regulamentação da Lei Kandir e as dívidas dos estados. O senador afirmou que os estados têm sido prejudicados com a isenção de ICMS para os produtos exportados, estabelecida pela Lei Kandir em 1996.

—Esse é um tema que acho que nós temos que voltar a discutir. Está aprovado requerimento para que nós, nos próximos dias, possamos fazer essa discussão com o governo Jair Bolsonaro. Afinal, os estados devem, mas os estados também têm a receber.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Jayme Campos tem projeto que obriga compensação a estados

Jayme Campos (DEM-MT) apresentou na quarta-feira, em pronunciamento, projeto que torna crime de responsabilidade orçamentária o não cumprimento da Lei Kandir. A lei prevê que a União compense os estados pelo ICMS não arrecadado com produtos destinados à exportação. Segundo ele, por conta da omissão da União no ressarcimento das despesas, os estados tiveram perdas de R\$ 637 bilhões. Só Mato Grosso deixou de arrecadar R\$ 63 bilhões, afirmou.

— É um dinheiro legítimo do povo mato-grossense, que está sendo represado nos cofres da União.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Veneziano pede ajuda para cumprir política de resíduos sólidos

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) pediu na quarta-feira que o governo, por meio dos bancos de fomento como o Banco do Nordeste e o BNDES, atue para viabilizar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelos municípios.

— Eu não estou desconhecendo que o Ministério Público esteja indo além das suas obrigações, mas nós temos que ter uma mediação onde o Ministério do Desenvolvimento Regional possa colaborar e possa instar, provocar e trazer a participação dos bancos fomentadores e que possam fazer investimentos também nesse setor.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Confúcio Moura defende prioridade à área da educação

Confúcio Moura (MDB-RO) sugeriu aos colegas na quarta-feira a “adoção” de escolas como forma de fortalecer a educação de crianças e jovens no país. O senador afirmou que a Casa reúne políticos experientes, como ex-governadores, e que o conhecimento acumulado na atividade parlamentar pode ser empregado em favor da educação.

— Vou fazer essa sugestão a todos os senadores, deputados federais e deputados estaduais. A sugestão será encaminhada à Mesa do Senado, para explicitar a sugestão por meio de alguma norma — afirmou.



Roque de Sá/Agência Senado

Para Rogério Carvalho, Banco Central precisa olhar o desemprego

Rogério Carvalho (PT-SE) manifestou na quarta-feira preocupação com o desemprego e criticou a reforma da Previdência.

O senador disse que o desemprego formal aumentou de 2018 para 2019. E disse que a soma do número de desempregados com o de subempregados chega a 27 milhões de cidadãos.

Para Rogério, é preciso que as políticas do Banco Central atentem para esse problema.

— O Banco Central não pode fechar os olhos para o nível de emprego. É preciso que a gente pautar que o Banco Central, quando olhar a taxa de juros, olhe a taxa de desemprego.



Jefferson Rudy/Agência Senado